



ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2024 DO CONSELHO DA UNED MARIA DA GRAÇA DO CEFET/RJ (CONPUS)

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às treze horas e trinta e oito minutos, no auditório 1 da UnED Maria da Graça do Cefet/RJ, reuniram-se, sob a presidência do Diretor da UnED Saulo Santiago Bohrer, os membros do Conselho Diretor desta Unidade Educacional, sendo membros natos: Rebeca Cardozo Coelho, Christiane Rocha Pereira, Patrícia Haryella Amantino Manso, Cristiano Fuschilo, Jair Medeiros Júnior, Éden Rodrigues Nunes Júnior, Beatriz Martins Teixeira e Alexandre Luiz Pereira; membros eleitos titulares: Dayanne Fernandes Amaral, Paulo Sérgio Rosa Fernandes, Márcia Menezes Thomaz Pereira e Luciana Ferrari Espindola Cabral; membros eleitos suplentes: Edimando Pinheiro Cordeiro e Ana Carolina Ferraz dos Santos. Desta forma, foi constituído o quórum exigido pelo artigo onze do Regimento Geral do Conselho da unidade do Sistema CEFET/RJ. Foram convidados para participar da reunião o Comando Local de Greve, representado pelo professor Felipe Gonçalves Pinto, o Grêmio Estudantil, representado pela aluna Maria Clara, as servidoras Camila Avelino e Arlene Trindade, representando os Técnicos-Administrativos, e o aluno João Pedro, representando os alunos do Curso de Sistemas de Informação. Pauta única proposta para a reunião: **consulta da Direção Geral sobre a proposta de suspensão do calendário acadêmico encaminhado pelo ofício 18/2024 da ADCEFET**. O Presidente do Conselho saudou os presentes e iniciou a reunião informando que ela estava sendo gravada apenas com o intuito de realização da ata, conforme rotina já aprovada anteriormente pelo conselho; falou sobre o ofício da Direção-Geral que tinha enviado na convocação aos conselheiros, junto com o ofício da ADCEFET; explicou que a reunião tinha um caráter consultivo, para que debatessem sobre uma demanda específica do Comando Local de Greve: a suspensão do calendário acadêmico; explicou as assembleias realizadas pela ADCEFET e que, entre as reivindicações feitas pela Associação dos Docentes, foi destacada na reunião a suspensão do calendário acadêmico, que tinha sido votada e aprovada na reunião sindical; disse que precisaria de um parecer dos conselheiros para que ele levasse pessoalmente ao CEPE; ressaltou que o CONPUS não tinha competência para realizar a suspensão do calendário, sendo competência apenas dos conselhos superiores; explicou que a DIREG, ao consultar os CONPUS, abriu espaço para um diálogo institucional e democrático; leu o primeiro artigo do regulamento do CONPUS, explicando quais eram as atribuições do Conselho; falou que tinha convocado a reunião presencialmente para que as representações convidadas também pudessem participar do debate; disse que a greve tinha começado em 02 de maio, com algumas atividades sendo suspensas, como as aulas, mas outras prosseguiram normalmente, já que o calendário não tinha sido suspenso; informou que, conforme o regulamento, a reunião poderia durar até duas horas, com possibilidade de prorrogação. A conselheira Beatriz falou que era representante da UnED Maria da Graça no CONEX e notificou que, conforme reunião extraordinária realizada na semana anterior, houve unanimidade em não suspender o calendário da extensão por enquanto, pois havia o risco da suspensão do pagamento das bolsas dos alunos; disse que era a favor da suspensão do calendário, mas não gostaria que os alunos ficassem sem as bolsas de extensão e de auxílio estudantil; informou que o CONEX aguardaria a reunião que teria no dia seguinte entre o comando de greve, DIREG, diretorias sistêmicas e diretores das UNEDs para que fizessem uma nova reunião e voltassem atrás com a decisão ou não. Conselheiro Fuschilo falou sobre a reunião ocorrida no colegiado do curso de Sistemas de Informação, onde expressaram preocupação com a suspensão das bolsas caso ocorresse a suspensão do calendário, além dos prejuízos que poderiam acarretar aos alunos formandos; disse que, por esses motivos, o colegiado do curso de Sistemas de Informação foi contra a suspensão do calendário acadêmico e as aulas estavam ocorrendo normalmente; explicou que tinha sido nomeado coordenador na semana anterior e, por isso, passou a palavra para o professor Carlos Pantoja, ex-coordenador que tinha acompanhado o processo desde o início junto ao colegiado. Pantoja explicou que o calendário da graduação era separado do calendário dos cursos técnicos e que faltava apenas um mês para finalizar o semestre; falou que a votação no colegiado tinha sido apertada, com diferença de apenas um voto, mas decidiram que não suspenderiam o calendário da graduação até o fechamento do primeiro semestre, para não prejudicar os alunos, principalmente os formandos; expressou preocupação sobre a possibilidade de suspensão das bolsas de ensino, pesquisa e extensão. Rebeca complementou a fala informando que existiam três calendários distintos na UnED Maria da Graça: da graduação, do ensino integrado e dos cursos subsequentes; e explicou que também existiam as bolsas de monitoria, além das mencionadas. Professor Felipe, representante do Comando de Greve, explicou como tinha sido constituído o Comando de Greve e o cronograma das ações que tinham ocorrido

desde o dia três de abril; prosseguiu dizendo que, após decisão do Comando de Greve sobre suspensão do calendário, solicitaram uma reunião extraordinária ao CODIR e DIREG, para chegar a um acordo sobre a assinatura de um termo de compromisso para reposição de aulas, evitando prejuízos aos alunos, e negociar quais seriam as atividades excepcionais que seriam mantidas durante a greve; explicou que a Direção-Geral já tinha feito um mapeamento de tais atividades, assim como o Comando de Greve, e que na reunião que aconteceria no dia seguinte poderiam chegar a um acordo; disse que tinha consultado o Comando de Greve e a ADCEFET sobre o impacto que poderia ser causado às bolsas, e a resposta do jurídico foi que as bolsas eram regidas por seus editais e não teriam implicações devido à suspensão do calendário acadêmico. O conselheiro Éden falou sobre os prejuízos que poderiam ser causados aos alunos com a suspensão do calendário, como dificuldade para fazer matrícula em Universidades e suspensão de bolsa para alunos que ajudam financeiramente suas famílias. Saulo explicou não seria possível fazer acréscimo de bolsas após o ano fiscal de 2024, conforme proposta do Sindicato, pois o orçamento da União já tinha sido aprovado e as despesas precisariam respeitar esse orçamento; explicou que os editais com bolsas não tinham previsão de atividades remotas e possuíam instrumentos de frequência, exigindo que o aluno se deslocasse até a escola; falou que, sem o calendário acadêmico, os alunos perderiam o direito à gratuidade nas passagens e não poderiam dar andamento aos projetos, podendo perder suas bolsas. A conselheira Luciana informou que consultou os pesquisadores da Unidade sobre as atividades essenciais elencadas no ofício da ADCEFET; falou que as discussões sobre pesquisa e extensão não poderiam ser resumidas aos projetos que possuíam bolsa, destacando também os financiamentos externos e parcerias interinstitucionais; mencionou que a suspensão de determinados projetos poderia acarretar prejuízos devido à dinâmica de coleta de dados, o que causaria alterações nos resultados. A representante da Pesquisa prosseguiu dizendo que, com base nessas informações, o grupo de pesquisadores da UnED era a favor da suspensão do calendário acadêmico, desde que não prejudicasse o andamento das pesquisas e causasse a suspensão das bolsas internas, que estão sob controle do Cefet; também destacou que tinha quatro projetos de extensão cadastrados, sendo que um deles tinha financiamento e calendário regidos pelo CNPq, e que o objetivo da pesquisa seria prejudicado com a suspensão das atividades. A conselheira Márcia disse que consultou os coordenadores de projetos de extensão da UnED, e o grupo defendeu a suspensão do calendário, contanto que não afetasse o pagamento das bolsas; pediu para que os coordenadores manifestassem a natureza de seus projetos, para que fosse verificado se poderiam ser interrompidos ou não. Saulo falou sobre a importância da manutenção das colocações de grau. A conselheira Dayanne, que também faz parte do Comando Local de Greve, falou sobre a consulta feita aos docentes sobre a suspensão do calendário; explicou que a greve estava em andamento mesmo sem a suspensão do calendário, mas que o comando estava lutando para que este ato administrativo acontecesse para fortalecer o movimento e garantir que as atividades fossem devidamente repostas após o término da greve; mencionou que alguns professores estavam dando aulas enquanto outros não, o que poderia causar prejuízos aos alunos. A Gerente Administrativa Christiane Pereira passou a palavra para a servidora Camila Avelino, que forneceu informações sobre a mobilização nacional dos Técnicos-Administrativos, orientada pela FASUBRA e SINTIFRJ, com a adesão do ANDES e SINASEFE; falou sobre a construção de uma reunião do comando de mobilização com os TAES, destacando que ainda não havia uma deliberação dos TAES no Cefet/RJ; mencionou as conquistas alcançadas pelos movimentos desde 2012, mas ressaltou que o orçamento estava sendo afetado ao longo dos anos, impactando a assistência estudantil; falou sobre o trabalho da SAPED junto à assistência estudantil e mencionou as ações realizadas pelo fórum de Assistentes Sociais do estado do RJ, que deliberou a manutenção do pagamento dos auxílios aos estudantes e a suspensão das atividades. Arlene, Assistente Social da SAPED, complementou explicando a diferença entre assistência social e assistência estudantil, ressaltando que este último está atrelado à presença do aluno na escola; mencionou que, como historicamente o Cefet realiza o pagamento das bolsas no segundo semestre, mesmo com o esforço da instituição em realizar o pagamento antes, esperam que as reivindicações sejam atendidas e a greve termine antes do período de pagamento da assistência; falou sobre a diminuição do orçamento da assistência estudantil pelo Governo Federal ao longo dos anos e mencionou que, em outras instituições, a paralisação dos TAES resultou na suspensão de novas entradas nos programas de auxílio, mantendo apenas os que já estavam em andamento. Felipe ressaltou que a greve estava em vigor, independentemente da suspensão do calendário, mas que esta ação era necessária para fortalecer o movimento grevista e para que as aulas fossem repostas de forma organizada aos alunos; propôs que, caso fosse aprovada a suspensão do calendário pelo Conselho, também poderiam consultar os conselheiros sobre quais atividades poderiam ser formuladas como excepcionais e essenciais. Saulo concordou com a proposta. Éden falou que a greve era um direito, mas a suspensão do calendário suprimiria o direito do professor que quer manter as aulas; demonstrou preocupação da forma como o calendário seria repostado e prejuízos que poderiam ser causados com a reposição, como compromissos agendados nas férias escolares e ENEM. Saulo colocou em votação a abertura de um bloco com mais seis falas, pois as duas horas de reunião estavam se esgotando, e a proposta foi aprovada por unanimidade. Saulo informou que o calendário já não estava mais sendo executado devido ao movimento grevista, exemplificando com os conselhos de classe programados para aquele dia, que tinham sido suspensos; explicou que, mesmo que um aluno tivesse tempos de aula do ensino técnico em um dia, mas não as do médio, isso invalidaria a execução daquele dia letivo, pois a carga horária mínima diária não seria cumprida; declarou ser a favor da suspensão do calendário acadêmico para as aulas, mas não concordava com a forma como a suspensão foi encaminhada pelo Comando de Greve, ressaltando que ainda eram necessárias negociações; enfatizou sobre a necessidade de construir um encaminhamento sobre a suspensão do calendário e, principalmente, quais atividades continuariam a funcionar de forma excepcional e essencial; discordou sobre a ideia de supressão de direitos do professor que não tinha aderido à greve, pois teriam seus direitos garantidos quando um novo calendário fosse construído; ressaltou que a suspensão ou manutenção de calendários também é uma decisão administrativa dos representantes dos Conselhos da Instituição, realizada de

forma democrática, e que, se o Cefet suspender o calendário, essa ação não deve ser considerada como supressão de direitos, pois estaria vinculada ao trabalho estabelecido pela instituição; lembrou os prejuízos causados pelo atraso do pagamento de bolsas na pandemia; falou que a greve era nacional e precisavam discutir sobre as atividades que não podem ser interrompidas, além de pesquisa, ensino e extensão. Conselheira Patrícia falou sobre a consulta ao colegiado do Ensino Médio, que foi favorável à suspensão, mas que respeitasse os períodos de férias dos docentes e alunos. A conselheira Márcia passou a palavra para a aluna Maria Clara, Presidente do Grêmio Estudantil, que falou que os alunos que moram mais distantes estavam sendo prejudicados porque teriam que se deslocar de longe para assistir a apenas um tempo de aula, enquanto poucos que moram mais próximos estavam comparecendo às aulas, resultando na perda de conteúdo para a grande maioria; disse que, caso houvesse reposição e recuperação, estas deveriam ser de forma igual para todos e, por esses motivos, pedem a suspensão do calendário; falou sobre prejuízos que seriam causados aos alunos que ajudam financeiramente suas famílias, caso perdessem as bolsas, e expressou o receio dos alunos em não conseguirem concluir o curso no período estipulado. O conselheiro Alexandre falou que o semestre terminaria em aproximadamente um mês e que não sabia como proceder para prosseguir com o curso, pois alguns professores estavam dando aulas e outros não; disse que, em reunião com o colegiado, alguns professores informaram que continuariam com as aulas até a suspensão do calendário. Conselheiro Fuschilo passou a palavra para o professor Pantoja, que expressou sua preocupação quanto aos impactos que a suspensão do calendário poderia causar aos alunos formandos. Saulo respondeu que a colação de grau poderia ser realizada normalmente, exceto se no último período algum professor não lançasse a nota por ter aderido à greve. O presidente do Conselho colocou em votação a extensão da reunião por mais uma hora, pois as duas horas previstas estavam se esgotando, sendo aprovada por unanimidade. A conselheira Dayanne esclareceu que as reivindicações tinham data retroativa, a partir de 02 de maio, e dessa forma, os alunos não seriam prejudicados pelas ações realizadas nesse período. Saulo passou a palavra ao representante dos alunos do curso de Sistemas de Informação, o secretário do Centro Acadêmico do curso, João Pedro, que expressou a preocupação dos alunos da graduação sobre os problemas que poderiam ser causados pela paralisação, mas afirmou que estavam solidários e apoiavam os TAEs e docentes na decisão. Saulo disse que, de acordo com as discussões realizadas até aquele momento, a readequação de calendário seria algo mais apropriado a se fazer do que uma suspensão de calendário; sugeriu que essa adequação poderia ser executada de maneira que não prejudicasse o funcionamento das atividades acadêmicas mais amplas, permitindo a suspensão das aulas enquanto mantinha as atividades essenciais e excepcionais, que poderiam ser listadas pelo conselho; sinalizou que o conselho não poderia realizar um replanejamento do calendário, mas poderia indicar que o conselho não desejava obstruir o funcionamento de determinadas atividades acadêmicas para além das aulas e que tais atividades, que não estavam listadas no ofício da ADCEFET, poderiam ser negociadas entre o sindicato e DIREG, caso houvesse a suspensão do calendário. O Presidente do Conselho afirmou que o que estava sendo analisado era a proposta de suspensão recebida através do ofício da ADCEFET, que, embora contemplasse a necessidade de fortalecimento da greve, o conselho tinha registrado inúmeras situações que precisavam ser compreendidas como importantes, que não poderiam ser obstruídas ou suspensas. Felipe lembrou que a pauta era para uma consulta da DIREG ao CONPUS sobre a suspensão do calendário acadêmico, conforme o ofício da ADCEFET, e que uma decisão sobre remanejamento ou readequação de calendário não estava sendo considerada, pois isso anularia todas as decisões tomadas anteriormente. Conselheiro Fuschilo disse que entendia as reivindicações, mas o assunto era complexo, justificando o debate no conselho; ressaltou que, enquanto não houvesse a suspensão do calendário acadêmico, não poderia obrigar os professores a não darem aulas. Saulo propôs que fossem votados dois encaminhamentos, sendo que o segundo somente seria votado se o conselho aprovasse a suspensão do calendário. Após debate entre os conselheiros, chegou-se ao entendimento de que, independentemente do resultado da votação sobre a suspensão do calendário, deveriam ser apresentadas as atividades debatidas pelo conselho que tinham sido consideradas excepcionais e essenciais, para que fossem enviadas para a Direção-Geral. Saulo fez o primeiro encaminhamento perguntando aos conselheiros quem era a favor da suspensão do calendário. O conselho foi favorável à suspensão, com 10 votos a favor e 3 contra, sendo dos conselheiros Cristiano Fuschilo, Jair Medeiros e Éden Nunes, que pediu que constasse em ata a unanimidade do seu colegiado contra a suspensão. Saulo seguiu com a segunda proposta de votação, sobre a indicação dos serviços que não deveriam ser suspensos por serem essenciais e/ou excepcionais, conforme debates realizados pelo conselho. Atividades indicadas foram: práticas acadêmicas/administrativas relacionadas à conclusão de curso (orientações de TCC e estágio, bancas de defesa, colação de grau, COC do 4º período dos cursos subsequentes); participação dos docentes em conselhos, comitês e comissões (como por exemplo o comitê de Políticas de Igualdade e Cotas Étnico Raciais), além do CPPD; capacitação e formação continuada dos docentes e TAEs; homologação das parcerias institucionais (dando como exemplo a parceria em andamento com a escola Horácio Macedo); pagamento da Assistência Estudantil; possibilidade de manter as atividades de todos os projetos de ensino, pesquisa e extensão, em concordância com os coordenadores dos projetos, associados às bolsas de editais internos e externos de 2024. Antes da votação, Saulo ressaltou que, caso o calendário fosse suspenso, não seria possível a garantia de gratuidade das passagens para os alunos e seria inviável o pagamento de bolsas para além do ano fiscal, pois precisariam de crédito suplementar no orçamento, algo que não tinha sido dado nem na época da pandemia, esclarecendo que não seria possível legislar sobre lei orçamentária do ano seguinte antes da sua votação. O encaminhamento foi votado e aprovado por unanimidade. O conselheiro Jair não participou da segunda votação, pois não estava presente. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CONPUS agradeceu a presença dos conselheiros, TAEs e representantes, e deu por encerrada a reunião às dezesseis horas e dez minutos.

Rejane Gomes Cordeiro

Secretária do Conselho da Uned Maria da Graça

Saulo Santiago Bohrer

Presidente do Conselho da Uned Maria da Graça

Documento assinado eletronicamente por:

- **Rejane Gomes Cordeiro, SECRETARIO - FG2 - GABIN-MG**, em 23/05/2024 09:11:07.
- **Saulo Santiago Bohrer, DIRETOR - CD3 - UNED-MG**, em 23/05/2024 12:11:32.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 23/05/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.cefet-rj.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 29817
Código de Autenticação: 78bbc99f1d



Rua Miguel Ângelo, 96, Maria da Graça, RIO DE JANEIRO / RJ, CEP 20785-220

<http://www.cefet-rj.br>